



Quarta-feira, 18 de Dezembro de 2024

I Série – N.º 240

DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número - Kz: 6.545,00

Ministério da Administração do Território

Decreto Executivo n.º 228/24 13492

Aprova a Adequação da Estrutura Orgânica dos Governos Provinciais ao Decreto Presidencial n.º 277/24, de 6 de Dezembro. — Revoga todas as disposições contidas nos Estatutos Orgânicos dos Governos Provinciais contrárias ao previsto no presente Decreto Executivo.

Decreto Executivo n.º 229/24 13494

Aprova o Estatuto Orgânico do Governo Provincial do Cuando. — Revoga o Decreto Executivo n.º 53/18, de 17 de Abril.

Decreto Executivo n.º 230/24 13519

Aprova o Estatuto Orgânico do Governo Provincial do Cubango. — Revoga todas as disposições que contrariem o disposto no presente Decreto Executivo.

Decreto Executivo n.º 231/24 13544

Aprova o Estatuto Orgânico do Governo Provincial do Icolo e Bengo. — Revoga todas as disposições que contrariem o disposto no presente Decreto Executivo.

Decreto Executivo n.º 232/24 13569

Aprova o Estatuto Orgânico do Governo Provincial do Moxico. — Revoga o Decreto Executivo n.º 131/18, de 11 de Maio.

Decreto Executivo n.º 233/24 13594

Aprova o Estatuto Orgânico do Governo Provincial do Moxico-Leste. — Revoga todas as disposições que contrariem o disposto no presente Decreto Executivo.

Decreto Executivo n.º 234/24 13619

Aprova o Estatuto Orgânico do Governo Provincial de Luanda. — Revoga o Decreto Executivo n.º 145/18, de 22 de Maio.

S U M Á R I O

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Decreto Executivo n.º 228/24

de 18 de Dezembro

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 277/24, de 6 de Dezembro, introduziu alterações pontuais ao modo de organização e funcionamento dos Governos Provinciais previsto pelo Decreto Presidencial n.º 202/19, de 25 de Junho, que aprova o Regulamento da Lei da Administração Local do Estado, determinando a sua republicação integral, incluindo as alterações, aditamentos e revogações constantes do Decreto Presidencial n.º 272/20, de 21 de Outubro;

Havendo a necessidade de conformar os Estatutos Orgânicos dos Governos Provinciais ao disposto no diploma acima referido;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o n.º 1 do artigo 129.º do Decreto Presidencial n.º 202/19, de 25 de Junho, que aprova o Regulamento da Lei da Administração Local do Estado, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Presidencial n.º 277/24, de 6 de Dezembro, determino:

ARTIGO 1.º

(Aprovação)

1. É aprovada a adequação da estrutura orgânica dos Governos Provinciais ao Decreto Presidencial n.º 277/24, de 6 de Dezembro, nos termos que se segue:

- São Extintos os Gabinetes de Inspecção;
- São extintos os Gabinetes Provinciais dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria;
- São extintos os Gabinetes Provinciais da Cultura, do Turismo, da Juventude e dos Desportos;
- São criados os Gabinetes Provinciais da Cultura e Turismo, conforme dispõe a alínea j) do n.º 3 do artigo 20.º do Diploma em referência;
- São criados os Gabinetes Provinciais da Juventude e Desportos, conforme dispõe a alínea k) do n.º 3 do artigo 20.º do Diploma em referência.

2. As atribuições e estruturação interna dos 2 (dois) Gabinetes Provinciais, ora criados, referidos no número anterior são as previstas nos artigos 37.º e 39.º do Diploma em referência.

ARTIGO 2.º

(Disposições complementares)

À organização e ao funcionamento dos Governos Provinciais aplicam-se todas as disposições dos Capítulos II, VII e VIII do Decreto Presidencial n.º 202/19 de 25 de Junho, não referidas no presente Decreto Executivo.

ARTIGO 3.º

(Integração)

O presente Decreto Executivo constitui parte integrante dos Decretos Executivos exarados em 2018 e 2020 que aprovam os Estatutos Orgânicos dos Governos Provinciais e continuam em vigor, devendo ser observado para efeitos de interpretação e integração de lacunas.

ARTIGO 4.º

(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Administração do Território.

ARTIGO 5.º

(Revogação)

São revogadas todas as disposições contidas nos Estatutos Orgânicos dos Governos Provinciais contrárias ao previsto no presente Decreto Executivo.

ARTIGO 6.º

(Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos de Dezembro de 2024.

O Ministro, *Dionísio Manuel da Fonseca*.

(24-0469-A-MIA)

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Decreto Executivo n.º 229/24 de 18 de Dezembro

Considerando que o Decreto Presidencial n.º 202/19, de 25 de Junho, que aprova o Regulamento da Lei da Administração Local do Estado, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Decreto Presidencial n.º 277/24, de 6 de Dezembro, definiu um novo modelo de organização e funcionamento dos Órgãos e Serviços da Administração Local do Estado;

Tendo em conta que este modelo reflecte o aprofundamento da desconcentração administrativa e financeira, o que permite uma maior intervenção das estruturas da Província na gestão da coisa pública, bem como assegurar maior racionalidade orgânica e funcional e de recursos humanos nelas integradas;

Havendo a necessidade de se estabelecer o regime de organização e funcionamento dos Órgãos do Governo Provincial do Cuando, tendo em conta a especificidade local;

Em conformidade com os poderes delegados pelo Presidente da República, nos termos do artigo 137.º da Constituição da República de Angola, e de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 129.º do Decreto Presidencial n.º 202/19, de 25 de Junho, determino:

ARTIGO 1.º (Aprovação)

É aprovado o Estatuto Orgânico do Governo Provincial do Cuando, anexo ao presente Decreto Executivo, que dele é parte integrante.

ARTIGO 2.º (Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões resultantes da interpretação e aplicação do presente Decreto Executivo são resolvidas pelo Ministro da Administração do Território.

ARTIGO 3.º (Revogação)

É revogado o Decreto Executivo n.º 53/18, de 17 de Abril.

ARTIGO 4.º (Entrada em vigor)

O presente Decreto Executivo entra em vigor à data da sua publicação.

Publique-se.

Luanda, aos 16 de Dezembro de 2024.

O Ministro, *Dionísio Manuel da Fonseca*.